



“DIZE TU, DIREI EU”: AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO IMPERIAL NA MIRA DE ARTUR AZEVEDO¹

Esequiel Gomes da SILVA²

Recebido: 13/03/2016

Aprovado: 03/05/2016

Resumo

A partir de algumas crônicas publicadas por Artur Azevedo nos jornais *Diário de Notícias* e *Novidades*, entre 1885 e 1889, na seção “De palanque”, bem como de outros textos recolhidos na imprensa diária fluminense, neste artigo tento mostrar, embora de forma breve, as práticas políticas da época em apreço, e tento discutir a postura do cronista maranhense que, utilizando-se muitas vezes de linguagem permeada de ironia e deboche, fez de sua seção diária um instrumento de combate às mazelas que tanto o incomodavam.

Palavras-chave: Artur Azevedo. Rio de Janeiro. Imprensa. Crônica. Política.

“SAY YOU, I’LL SAY ”: PRACTICES OF RIO DE JANEIRO IMPERIAL POLICIES IN ARTUR AZEVEDO’S SIGHTS

Abstract

From some stories published by Artur Azevedo in the newspaper *Diário de Notícias* and *Novidades*, between 1885 and 1889, in the "De palanque" section and other texts collected in the state daily press, in this article I try to show, though briefly, the political practices of the time in question, and try to discuss the posture of the maranhense chronicler, that using often a language permeated by irony and debauchery, made his daily section a fighting instrument for ills that so disturbed him.

Keys-words: Arthur Azevedo. Rio de Janeiro. Press. Chronicle. Policy.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O pendor de Artur Azevedo para as letras foi revelado desde tenra idade, ainda na pacata cidade de São Luís, onde, aos nove anos de idade, escreveu sua primeira peça de teatro – o drama *Trinta contos de réis* –, cuja representação se deu em um salão no fundo do quintal de casa. Na “Atenas Brasileira” também escreveu e publicou seus primeiros versos satíricos, afrontando alguns figurões de grande influência na política local. Quando veio para o Rio de Janeiro, em 1873, além de muitos sonhos, o jovem trazia na bagagem algumas cartas de recomendação, sonetos e uma cópia da sua primeira comédia, *Amor por anexins* (MAGALHÃES JUNIOR, 1966, p. 14-16).

¹ Este artigo faz parte da minha tese de doutorado, intitulada *O projeto de modernidade das crônicas da seção “De palanque” de Artur Azevedo*, defendida em novembro de 2014.

² Professor de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará, *campus* do Marajó, cidade de Breves. Doutor em Letras/Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Assis.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Ao chegar à capital do Império recebeu o apoio do conterrâneo Joaquim Serra, que lhe arranhou um posto de revisor e tradutor de folhetins, no jornal *A Reforma*, onde ocupava o cargo de diretor. A colaboração nesse jornal significou o começo de uma longa carreira de intenso labor jornalístico, que duraria até o ano de 1908, quando faleceu na então capital federal. Com o trabalho na imprensa, conciliou, a partir de 1875, a carreira de funcionário público, no mesmo órgão em que trabalhava o romancista Machado de Assis (MAGALHÃES JÚNIOR, p. 151). O tempo que lhe sobrava, se é que sobrava, era empregado na concepção de peças de teatro, contos e poesias, estes últimos publicados em vários jornais e revistas. Foi também um incansável tradutor, inclusive, de Molière.

Em 1885, período contemplado neste artigo, muita coisa já havia mudado. De jovem sonhador que se embevecia passeando pela famosa e movimentada rua do Ouvidor, Artur Azevedo transformava-se no jornalista e no dramaturgo respeitado e consagrado, colaborador de vários jornais e autor de peças de sucesso como as comédias e operetas *Uma véspera de Reis* (1875), *A filha de Maria Angu* (1876), *A princesa dos cajueiros* (1880), *A casa de orates* (1882), *A flor-de-lis* (1882), escrita em parceria com Aluísio Azevedo, *A mascote na roça* (1882), e as revistas de ano *O mandarim* (1883) e *Cocota* (1884)³.

Neste mesmo ano, assumiu o posto de cronista no jornal matutino *Diário de Notícias*, no qual colaborou até 1889⁴, subscritando, com o pseudônimo “Eloi, o herói”, uma seção cotidiana chamada “De palanque”, para a qual concebeu um programa genérico: ali falaria de tudo, exceto do que não entendesse, prometia aos leitores na carta-programa. Os textos seriam escritos sem pedantismo e sem outra intenção que não fosse a de conversar com os leitores por alguns minutos.

No instigante ensaio “História da crônica. Crônica da história” Margarida de Souza Neves observa que a crônica moderna possui um tom leve,

e busca sempre ser acessível a todos os leitores. Sua marca de identidade é a de ser comentário quase impressionista. A escolha dos seus temas é supostamente arbitrária e a liberdade preside a sua construção. Sua forma é, por definição, caleidoscópica, fragmentária e eminentemente subjetiva (NEVES, 1995, p. 20).

³ Cf. Antônio Martins de Oliveira, *Teatro de Artur Azevedo* (1983, 1985, 1987 e 1995).

⁴ Em 1887, algumas divergências fizeram o cronista transferir-se com a seção “De palanque” para a folha *Novidades*, onde permaneceu até julho de 1888. Em agosto desse ano, voltou para o *Diário*, aí permanecendo até 1889, quando a seção deixou de existir.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Os cronistas modernos, diferentemente dos seus predecessores, “abdicam de assumir como tarefa primordial o registro pretensamente objetivo do acontecido para abrir espaço ao comentário pessoal, ao olhar subjetivo, à busca do significado do efêmero e do fragmentário” (NEVES, 1995, p. 17).

A caracterização da estudiosa até poderia ter sido feita a partir da observação da produção jornalística de Artur Azevedo, pois, de fato, suas crônicas apresentam liberdade de temas e de formas, o tom íntimo de conversa com os leitores, o comentário impressionista e a leveza da linguagem.

Dentre a variedade de temas abarcados pelo cronista pode-se destacar: artes em geral – pintura, música, literatura, arquitetura, teatro –, seja na forma de divulgação ou de crítica, e acontecimentos mais diretamente ligados à vida e aos interesses da população: a criminalidade, o desleixo das autoridades políticas, as arbitrariedades da força policial, a prática do meretrício, principalmente nos teatros, escoamento para águas das chuvas, etc. Desta gama, interessa-me os assuntos relacionados ao mundo político, tema deste artigo.

2 – “DE PALANQUE”, ARTUR AZEVEDO OBSERVA AS CÂMARAS

Artur Azevedo colaborou por aproximadamente 35 anos – de 1873 a 1908 – em vários jornais fluminenses e, embora tenha assumido publicamente uma postura de enfrentamento das práticas políticas que o incomodavam, nas histórias da imprensa brasileira seu nome quase não despertou interesse. Alguns acontecimentos políticos que agitavam os ânimos dos frequentadores da rua do Ouvidor, como as eleições gerais e municipais ocorridas em janeiro e novembro de 1886, respectivamente, a morte de determinado político, a formação de uma lista tríplice para a escolha de novo senador, a candidatura a vereador de um funcionário público já aposentado, a cerimônia de posse de novos vereadores, a eleição de vereadores republicanos em Petrópolis, bem como a iminente proclamação da República, constituíram-se como matéria de interesse para suas crônicas. O caráter frívolo da “De palanque” não o impediria de escrever sobre assuntos sérios, argumentava o cronista em janeiro de 1889, nos momentos finais de existência da seção.



Na crônica a seguir, o jornalista maranhense sinaliza para a banalização do sistema eleitoral, com destaque para o fato de uma simples chuva servir de pretexto para que os eleitores não comparecessem às urnas:

As eleições municipais têm sido ultimamente tantas e tão repetidas, que já ninguém faz caso delas.

As de ontem passaram completamente despercebidas. Demais a mais, a chuva esfriou o entusiasmo, se entusiasmo havia. No Rio de Janeiro nada há que resista a uma molhadela, nem mesmo a política.

Quando chove, o fluminense deixa-se ficar em casa; não há espetáculo que o tente nem divertimento que lhe sorria.

Até certo ponto não deixa de ter razão, porque as nossas ruas ficam realmente intransitáveis depois da menor pancada d'água. A ocasião é excelente para recomendá-las aos futuros edis, que nas suas horas vagas poderão olhar para elas com algum interesse mais do que os seus gloriosos antecessores.

Decididamente ser vereador é a coisa mais fácil deste mundo. Queiram os leitores percorrer a lista dos candidatos ao segundo escrutínio de ontem – só os do segundo escrutínio; dou um doce a quem me disser quem são, na sua maioria, aqueles cidadãos conspícuos.

À parte três ou quatro homens, ou, se quiserem, quatro ou cinco, são todos uns ilustres desconhecidos que só se recomendam pela sua obscuridade, – o que, nos tempos que correm, não deixa de ser uma recomendação.

Que diabo! parece-me que a primeira condição para ser vereador é ser bem conhecido. Note-se que há *conhecido* e *conhecido*, assim como para Sganarello havia *fagot* e *fagot*; mas o diabo, e em que pese a reconhecida independência do eleitorado fluminense, o diabo é que na lista dos candidatos figuram alguns conhecidos até demais, e isso não obsteu a que alcançassem votação.

Não! decididamente ser vereador é coisa muito fácil, que eu, que aliás alimentava a esperança de armar à gratidão dos meus concidadãos, pugnando, na Câmara Municipal, pelo embelezamento da cidade, renuncio às minhas veleidades de futuro edil.

É que dou o cavaquinho pelas dificuldades; só me contento daquilo que me custe algum esforço e sacrifício. Isto de ser vereador como posso ser inspetor de quarteirão – não me cheira (AZEVEDO, 24/11/1886).

As eleições se constituem como acontecimentos importantes tendo em vista que concedem ao eleitorado o direito de escolher seus representantes para trabalhar na elaboração de leis que orientarão o funcionamento da sociedade, bem como na criação de projetos de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Na crônica em questão, o jornalista se aproveita de um importante acontecimento político – as eleições municipais – de um fenômeno natural – a chuva – e de parte da estrutura física da cidade – as ruas alagadas – para cobrar ações da municipalidade. Ao mesmo tempo, o cronista esboça os perfis dos eleitores, dos políticos da situação e dos candidatos, utilizando-se de expedientes cômicos.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Os eleitores são considerados indolentes, a ponto de, por causa de uma simples chuva, deixarem-se ficar em casa, desprezando a oportunidade de exercer um direito político conquistado por meio da constituição do Império. No entanto, ao colocar a chuva como entrave para que o eleitor saísse de casa, o cronista transfere a culpa para os próprios políticos, que são relapsos nas suas incumbências administrativas e não se interessam pelos problemas da cidade. A consequência dessa situação é que, se o povo não exerce seus direitos políticos, não tem o direito de ir para as seções de “publicações a pedidos” protestar contra a má administração e reclamar da má distribuição de água, da falta de policiamento nas ruas, dos exorbitantes preços cobrados pela companhia de gás, da falta de limpeza das ruas, das maracutaias políticas, etc. A indolência de uns e a negligência de outros perpetuam as mazelas sociais e políticas. As perspectivas de mudança estavam, portanto, no exercício do voto, que, aliás, era facultado a uma parcela exígua da sociedade.

Combinando expressões de cunho popular (“dou um doce”), ironia (“cidadãos conspícuos”) e paradoxo com sentido irônico (“ilustres desconhecidos”), o cronista esboça o perfil dos candidatos ao legislativo municipal, muitos dos quais “só se recomendam pela sua obscuridade”. Embora a construção discursiva aponte para uma resistência do jornalista maranhense em relação ao novo, ou “ilustre desconhecido”, ser um candidato com essa característica, de fato, seria uma vantagem, se considerarmos as possibilidades de renovação no cenário político, cuja realidade tanto o incomodava.

A “reconhecida independência do eleitorado” pode ser uma ironia à ignorância do povo e às práticas de coerção de políticos inescrupulosos (o *conhecido*, na acepção negativa que esta palavra possa ter) que se utilizavam de métodos nada democráticos, como os serviços dos capoeiras, para garantir os votos que lhes dessem a oportunidade de começar ou continuar comendo no “cocho da municipalidade⁵”.

Como sabemos, Sganarello é o personagem charlatão da peça *Médico à força*, de Molière, personagem que trabalha como lenhador, mas se faz passar por médico. A palavra *fagot* significa “feixe”, que o lenhador carrega nas costas ao fim do dia de trabalho, mas também “trouxa”: “aquele que é enganado facilmente”, e que na situação evocada por Artur Azevedo seriam os eleitores que votaram nos candidatos “conhecidos até demais”.

⁵ Expressão utilizada por José Lins do Rego, em *Fogo morto*.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Em *Cidadania no Brasil*, José Murilo de Carvalho estuda a construção da democracia em nosso país e chama atenção para ano de 1881, quando a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que introduzia o voto direto e eliminava o primeiro turno das eleições. Com essa alteração, daquele momento em diante não haveria mais votantes, permanecendo apenas os eleitores. A referida lei também alterava o valor da renda exigida para os eleitores, passando para 200 mil-réis, excluía os analfabetos do processo eleitoral e tornava o voto facultativo. A lei foi considerada um retrocesso, porém, o ponto considerado mais crítico pelo estudioso é o que nega ao analfabeto o direito à participação política, já que o percentual de pessoas não alfabetizadas chegava a 80% (CARVALHO, 2010, p. 38-39).

Em 22 de novembro de 1886, dia anterior ao das eleições municipais das quais fala Artur Azevedo, o *Diário de Notícias* informava aos leitores algumas estatísticas eleitorais que merecem ser consideradas:

O recenseamento geral dos eleitores de todo o império em 1885, deu o total de 146.000 cidadãos habilitados e com seus respectivos títulos.

Destes, concorreram à eleição geral de 15 de janeiro último, 95.668 eleitores, deixando de comparecer 49.332.

Se considerarmos que uma quarta parte do eleitorado concorreu às urnas em favor dos candidatos da oposição, estes receberam o sufrágio de 23.917 eleitores, enquanto que os do governo receberam o de 71.751, que mandaram à câmara temporária 100 deputados conservadores contra 25 liberais.

O não comparecimento de 49.332 eleitores à eleição de 15 de janeiro é um fato bem notável em uma eleição de tanto empenho e em que ambos os partidos disputavam a primazia com toda veemência.

Este fato serve ainda para atestar o atraso do país e a desídia de tão grande número de eleitores que nenhum interesse tomam pelo futuro da pátria (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/11/1886).

Além de a lei marginalizar uma grande parcela da população, ainda havia abstenção entre o pequeno número de habilitados a exercer seu direito de participação política. O número de eleitores que compareceram nas eleições gerais realizadas em 15 de janeiro de 1886, quando a capital do Império elegeu 12 deputados, todos conservadores, representava apenas 0,8% do total da população⁶.

Talvez as observações do cronista, no que se refere à abstenção de votos e às escolhas dos eleitores, encontrassem justificativa também no fato de naquelas eleições estar concorrendo José do

⁶ Maiores informações sobre as estatísticas eleitorais do período imperial podem ser encontradas no ensaio “A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930”, de José Murilo de Carvalho, inserido no livro *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Patrocínio, figura importantíssima no movimento abolicionista, como se sabe, do qual Artur Azevedo também era adepto. Tanto assim era que dois dias antes das eleições, na seção “A pedidos”, publicava-se uma carta assinada por membros da Confederação Abolicionista recomendando aos eleitores o nome do autor de *Mota Coqueiro*:

Srs. eleitores do município neutro:

A Confederação Abolicionista vem de novo apresentar-vos o nome do seu candidato oficial José Carlos do Patrocínio, para o cargo de vereador da Câmara Municipal da Corte, cuja eleição vai se realizar a 23 do corrente.

Lamenta não ter também a fortuna de recomendar-vos o nome valioso do seu correligionário, o Dr. Ubaldino do Amaral, já eleito em outro escrutínio, por ter este desistido desse direito, em virtude do seu estado de saúde não permitir.

O documento que em seguida publicamos, escrito e firmado pelo nosso candidato, claramente exprime o pensamento que temos em vista.

Não nos dirigimos, portanto, aos eleitores que não abraçarem o programa traçado pelo nosso candidato, o qual está perfeitamente de acordo com a ideia que representamos.

Libertar a capital do Império da lepra da escravidão é o dever de todos os cidadãos que defendem os bons princípios.

A estes é que nos dirigimos, apresentando o nome simpático de José Carlos do Patrocínio para vereador (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).

A carta era assinada por João Clapp, Luiz de Andrade, André Rebouças, Alberto Victor e Jerônimo Simões. Como prometiam os correligionários, logo em seguida era estampado uma espécie de termo de compromisso de Patrocínio com seus eleitores e com a causa abolicionista:

AOS SRS. ELEITORES DO MUNICÍPIO NEUTRO

Anulada pelo poder judicial a apuração da Câmara Municipal, que me proclamou vereador em primeiro escrutínio, devo concorrer de novo às urnas, pedindo aos Srs. eleitores do município neutro honrem ainda uma vez a candidatura de que me investiram o partido republicano e a Confederação Abolicionista.

Cumpre-me antes de tudo declarar que não irei pessoalmente importunar aos Srs. eleitores, não farei visita domiciliar para conseguir da cortesia do cavalheiro a benevolência do cidadão.

Preciso de entrar na Câmara Municipal da Corte com a cabeça erguida, sem peias nem dependências, para defender ali, como o tenho feito sempre, na imprensa e na tribuna, o direito e somente o direito, em proveito do patrimônio comum de civismo, de autonomia e de moralidade administrativa da comunhão fluminense.

Pela guerra desleal que me tem sido feita, guerra em que a calúnia afivela a máscara da justiça, e a improbidade amedrontada proclama-se defensora dos interesses da humanidade, podem os Srs. eleitores inferir qual a missão que terei de desempenhar, se a honra dos seus votos colocar-me no posto de combate, para o qual me destacaram os meus correligionários. JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).



Após prometer aos eleitores que não aderiria a práticas eleitoreiras – “[...] não irei pessoalmente importunar aos Srs. eleitores, não farei visita domiciliar para conseguir da cortesia do cavalheiro a benevolência do cidadão” –, Patrocínio expõe algumas linhas do seu programa político. Dentre as propostas apresentadas, destacam-se a de restaurar a autonomia municipal e a de prevenir os atos de crueldade contra os escravos:

Se for eleito, procurarei restaurar o regime municipal da lei de 1º de outubro de 1828, dentro da qual estão latentes os princípios de autonomia municipal, sufocados pela esmagadora centralização que reduziu as províncias e os municípios a meras dependências do poder executivo.

Abolicionista intransigente, que entende que todos os meios são bons e patrióticos para extinguir a escravidão, eu procurarei fazer com que a Câmara Municipal exerça uma das suas atribuições legais: a de velar pela sorte dos escravos e propor meios para prevenir os atos de crueldade contra eles.

É sobretudo o art. 59 da lei das câmaras municipais o que enche de pavor os meus adversários, porque eles antevêm que será arma terrível nas mãos de vereadores cômicos do seu poder, essa que ficou esquecida fora dos modernos arsenais da escravidão.

Republicano, eu procurarei aclimar entre nós aquela rigidez americana que reclamou para os trabalhos forçados um vereador convencido de prevaricação.

Tal é o meu programa e dentro dele espero merecer os sufrágios com que os meus concidadãos já me honraram no primeiro escrutínio. JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).

José do Patrocínio estava entre os “quatro ou cinco” candidatos que não se encaixavam na categoria de “ilustres desconhecidos” e também não era *conhecido*, na acepção negativa desse termo. Os homens que “só se recomendam pela sua obscuridade” podiam ser vistos também no próprio *Diário de Notícias* e na *Gazeta de Notícias*, em notas bastante discretas espalhadas ao longo desses periódicos, encimadas com a expressão “Para vereador” e seguidas pelo nome do candidato, acompanhado de um qualificativo cuja finalidade era a de revesti-lo de alguma importância. Ao que parece, eram cidadãos sem antecedentes políticos e sem representação nenhuma na sociedade:

PARA VEREADOR

Pedro Gonçalves de Souto Carvalho, capitalista.

Ângelo de Bittencourt, proprietário.

José Carlos de Oliveira Rosário.

João Carlos da Costa Barradas.

Francisco Leonardo Gomes, negociante.

Carlos de Souza Pinto, negociante (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/11/1886).

Não se sabia exatamente o tipo de negócio a que eles se dedicavam e quais tipos de propriedades lhes pertenciam. Até onde foi possível investigar, também se ignoravam seus

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



programas políticos e sua filiação partidária – se liberal, conservador ou republicano. Embora em alguns momentos o nome de José do Patrocínio apareça da mesma forma lacônica que o dos candidatos acima referidos, o abolicionista era homem cujas ações tornavam-no recomendado.

As práticas ilícitas e manobras para iludir os poucos eleitores também podiam ser encontradas nos grandes jornais do período aqui considerado. Tais práticas consistiam em publicar falsas circulares informando que determinados candidatos haviam desistido de suas candidaturas em favor de outros. Isso obrigava os supostos desistentes a irem à imprensa desmentir os boatos, como podemos ver na *Gazeta de Notícias* de 23 de novembro de 1886. Dessa mesma data, transcrevemos também do periódico de Ferreira de Araújo um texto bastante ilustrativo de tais mofinas:

Declaro que em meu nome e no interesse do partido liberal tenho pedido votos para o meu irmão Cândido Alves Pereira de Carvalho, candidato que por si apresentou-se *extra-chapa* e mereceu honrosa votação no último escrutínio eleitoral.

Os Srs. eleitores avaliem da qualidade do intrigante que pela imprensa anônima ora diz que esse meu irmão é conservador, ora que consta haver ele desistido, ora que faço guerra a um determinado candidato, o Sr. *Cândido Leal*, que aliás foi derrotado no último escrutínio, apesar do esforço por mim e por outros empregado em seu favor.

Se não tenho pedido votos no atual escrutínio para o Sr. *Cândido Leal*, não é porque queira prejudicar a sua candidatura, mas sim porque com a desistência de dois candidatos liberais, os Srs. Dr. Brasil Silvado e Bustamante, a sua candidatura fortificou-se em todas as paróquias, não precisando S. S. ter votos demais em detrimento de outros candidatos.

Tranquelize-se, pois, o *anônimo*. O seu candidato está eleito sem que lhe façam falta alguns votos que tenho pedido e conto obter para o Sr. *Cândido de Carvalho*.

A posição de sacrifícios pessoais que me tem cabido no partido liberal só deve autorizar a crença de que eu não faço guerra a correligionários nem em política favoreço a adversários.

Se o Sr. *Cândido de Carvalho* for eleito, o seu procedimento político será o mais formal desmentido aos intrigantes. HENRIQUE ALVES DE CARVALHO (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/11/1886, *grifos do autor*).

A esse tipo de prática, respondia-se, anonimamente, que o eleitorado não devia se iludir, porque votar “em irmão que vai *industriosamente* substituir irmão”, era uma “manobra velhaca” que importava “a reeleição proibida por lei”. Enfim, a prática de pedir votos para irmão era vista como uma atitude típica de candidatos que não podiam mais disputar eleições (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/11/1886), mas queriam continuar comendo no “cocho da municipalidade”.

A posse dos vereadores eleitos em novembro de 1886 ocorreu em janeiro de 1887 e, na ocasião, deram mau exemplo para as pessoas presentes na cerimônia, dentre elas jornalistas, protagonizando uma balbúrdia digna de um mercado, como registrou o *Diário de Notícias* na edição SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



que circulou em 7 de janeiro. Do alto do seu palanque, Artur Azevedo também comentou o acontecimento:

Tomaram ontem posse, e prestaram juramento, os novos vereadores da Ilustríssima Câmara Municipal.

Era ocasião de fazer o histórico da administração transata, se não houvesse tanta recriminação pendurada no bico da minha pena. No momento em que os que saem entregam aos que entram as chaves desta mui heroica e leal, e vão tranquilamente para suas casas pensar no muito que poderiam fazer e no muito pouco que fizeram, é falta de generosidade lançar-lhes em rosto patifarias e escândalos. Demais a mais, pagaria o justo pelo pecador; havia entre o trigo algum joio, e na apreciação naturalmente iria tudo de cambulhada.

Façamo-nos otimistas, e lembremos as libertações do Livro de Ouro, a abertura da rua Felipe Nery, a inauguração de escolas, a enfermaria do Matadouro, a postura sobre açougues, e outras medidas que representam reais benefícios prestados ao município.

Queiram os novos edis imitar os seus predecessores no que fizeram de bem e desprezar-lhes o exemplo no que fizeram de mal; para isso, basta-lhes ser honesto – e ser honesto é a coisa mais fácil deste mundo.

Segundo me disseram, já ontem houve bate-boca na câmara, e as galerias intervieram, como de costume. Se os novos vereadores conseguirem convencer o público de que aquilo não é precisamente a Praia do Peixe, eu serei o primeiro a elogiá-los (AZEVEDO, 08/01/1887).

A crônica é engenhosamente construída em tom de censura, cobrança e lembrete. Artur Azevedo começa falando da cerimônia de posse dos novos vereadores, não se contentando apenas em mencionar o acontecimento. Faz questão de lembrar que houve também o juramento, utilizando-se, para tanto, da conjunção aditiva “e” intercalada ao sujeito e ao predicado. Sabemos que ao pronunciar o juramento, o vereador está se comprometendo com os eleitores que o elegeram como representante no legislativo municipal e com o Município enquanto instituição política. Caso não exerça seu mandato com lealdade e dedicação, não faça cumprir as leis, não respeite as instituições, não promova o bem do município e não lute pela manutenção da democracia⁷ e, além disso, não cumpra as promessas feitas durante a campanha eleitoral, ele poderá e deverá ser cobrado pela população. Se a intenção do cronista não fosse cobrá-los, ou lembrá-los de seus compromissos, bastaria mencionar a cerimônia de posse, da qual o juramento já faz parte.

O “muito pouco que fizeram” foi listado nos parágrafos seguintes da crônica, mas seria preciso se fazer de otimistas para não reclamar da exiguidade dos benefícios prestados ao município. Em relação ao “muito que poderiam fazer”, talvez não coubesse no espaço que o *Diário*

⁷ Trecho adaptado dos textos de solenidade de posse de vereadores.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



de Notícias lhe concedia para a “De palanque”, mas a realidade falava por si só, e alguns moradores mais prejudicados, bem como as pessoas mais contestadoras mostrariam as carências e as mazelas nas seções de “A pedidos”. Aliás, as cobranças aos vereadores que estavam deixando a Câmara já haviam sido feitas ao longo de seus mandatos, como atesta a crônica de 29 de agosto de 1885, na qual o jornalista empregou eficazmente grande parte do seu potencial irônico, como veremos. Por fim, o cronista apresenta a receita do bom político, cujo ingrediente principal seria a honestidade, característica do outro tipo de *conhecido*.

Se investigarmos as seções destinadas à divulgação dos trabalhos da Câmara, podemos concluir que Artur Azevedo tinha suas razões para se mostrar inconformado com a situação política municipal. Para termos uma ideia, os trabalhos do ano de 1886 já começaram com problemas: por falta de quorum, a sessão marcada para 7 de janeiro não se realizou, sendo remarcada para o dia 9, em pleno sábado. Neste dia, também não houve sessão, pela mesma razão do dia anterior. Diante disso, a imprensa publicou uma nota com pitadas de ironia:

OS SUPLENTE EM RISCO DE SEREM CONVOCADOS

Não tendo havido sessão anteontem, foi convocada uma reunião extraordinária para hoje, à 1 hora da tarde.

Caso ainda não seja possível *obrigar* os Srs. vereadores a cuidarem dos interesses do município e elegerem o presidente, serão convocados os suplentes, como determina o art. 22 §4 da lei de 9 de janeiro de 1881 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/01/1886, *o grifo é nosso*).

Após o alerta, os vereadores compareceram à seção extraordinária e elegeram Pereira Lopes para presidente da Câmara e Nunes de Souza para vice. Naquela ocasião, foram escolhidas ainda comissões da Fazenda, Justiça, Obras, Matadouro, Saúde, Patrimônio e Instrução. Sessão produtiva, pode-se dizer! Imaginamos que a semana seguinte tenha sido de recesso, por conta da movimentação em torno das eleições gerais de 15 de janeiro. Quando a “Ilustríssima” retomou as atividades em 21, o *Diário de Notícias* estampava na primeira página mais um dos motivos para que Artur Azevedo tratasse os políticos com certa reserva: um bate-boca entre os vereadores tornou impossível o andamento dos trabalhos. Um deles não reconhecia a eleição de Pereira Lopes para presidente da casa e decidiu entrar com recurso junto ao governo. Após uma série de discussões, a sessão foi suspensa, sem que nada fosse votado ou deliberado.

A intensidade dos tumultos obrigava o presidente da Câmara a “ler o artigo do regulamento que autoriza a expulsão de qualquer vereador que perturbe a marcha regular dos trabalhos”.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



Segundo a imprensa, as cenas de exaltação de ânimo e inconveniência de palavras eram pouco edificantes e comprometedoras do prestígio municipal. Com isso, os interesses municipais e o próprio crédito da Câmara sofreriam até que houvesse quem se lembrasse de chamar os vereadores ao cumprimento do seu dever (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/01/1886).

Ao ser procurado por cinco vereadores que pediam providências para os repetidos distúrbios na Câmara, o ministro do Império não se mostrou muito receptivo: respondeu que não lhe constava haver tais problemas lá. Aconselhou que cada um cumprisse o seu dever e que, quando houvesse distúrbios, a própria Câmara tomasse medidas para reprimi-los. Disse ainda que sua função ali era despachar qualquer ato que pela Câmara lhe fosse submetido (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/01/1886).

Finalmente, em 4 de fevereiro, o *Diário de Notícias* informava sobre a tranquilidade da sessão ocorrida no dia anterior, na qual compareceram onze vereadores, os quais teriam compreendido que os interesses do município por eles representado não podiam continuar à mercê de dissensões pessoais e desabafos domésticos, sendo tempo de acabar com as cenas escandalosas do “dize tu, direi eu”.

Não me interessa neste momento acompanhar toda a dinâmica das sessões da Câmara, mas apenas mostrar, de maneira breve, o funcionamento dos trabalhos e o comportamento dos representantes do povo, e com isso entender as opiniões de Artur Azevedo a respeito da política municipal. Ao relatar uma dessas sessões, o articulista do *Diário de Notícias* comentava que os poucos “espectadores”, embalados pelo desinteresse e pela natureza dos discursos proferidos, dormiam “à regalada [...] como se estivessem perto de uma papoula aberta”:

A não ser matéria de simples expediente, não vemos nada de importante a registrar, salvo se considerarmos no modo por que se trabalha no grande Paço do Campo de Sant’Anna.

Aberta a sessão, durante a primeira parte da ordem do dia, os vereadores conservaram-se em seus lugares, muito solícitos e cheios de nobres desejos de cuidarem dos interesses municipais, porém mal vão surgindo à tona da discussão assuntos palpitantes e importantes, ei-los abandonando as cadeiras pela palestra na sala da presidência, quando não se retiram, deixando um colega, mais ou menos influído, a falar para quatro ou cinco pessoas.

O público por sua parte não vai lá; ontem, por exemplo, dos cinco espectadores, um dormia à regalada, outro lia o *País* e, não sabemos por que influência, adormeceu também e os três restantes bocejavam, indolentes e despreocupados, como se estivessem perto de alguma papoula aberta (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/03/1886).

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



O relato é filtrado pelo olhar de um jornalista que recorre à ironia como ferramenta para descortinar os bastidores do recinto de atividades deliberativas, no qual os representantes do povo são vistos como relapsos e pouco comprometidos com os problemas do município, não honrando, portanto, o lugar que ocupavam. A ausência de participação popular foi quase completa e os poucos cidadãos que compareceram à seção portavam-se indiferentemente, diante do que viam. A política não era levada a sério, nem pelos cidadãos, que eram os mais prejudicados pelas mazelas e negligências, nem pelos políticos. Mas esse comportamento dos primeiros talvez fosse o esperado, levando-se em conta as abstenções de votos: se os poucos eleitores habilitados não compareciam para escolher seus representantes, tampouco iriam estar presentes na “Ilustríssima Câmara” para assistir às seções. Ao que parece, nem mesmo as constantes cenas de “dize tu, direi eu” atraíam o público. Ou será que eram os bate-bocas que o expulsavam? Talvez Artur Azevedo tivesse razão ao fazer seus comentários ácidos: “Carnaval por carnaval, o povo – ao que parece – prefere o das ruas ao da política” (AZEVEDO, 13/03/1886).

Em 1885, as inconsistências de uma chamada de propostas para execução de um quadro reproduzindo o ato de distribuição de cartas de alforria, ocorrido em 29 de julho, foi motivo para Artur Azevedo dirigir duras críticas aos vereadores:

É bom que os nossos netos, e os netos dos nossos netos, travem relações póstumas com todos os membros de uma Câmara tão benemérita e patriótica; de uma Câmara a que devemos tantos e tão importantes melhoramentos públicos; de uma Câmara pichosa, zelosa, caprichosa e gloriosa, como primeira não houve, nem segunda haverá.

Mas quer me parecer que o quadro teria muito mais valor para o futuro, se, em vez de reproduzir a cerimônia da distribuição das cartas, representasse fielmente uma daquelas célebres sessões tumultuosas, que deram em resultado a suspensão dos atuais vereadores (AZEVEDO, 29/08/1885).

Neste trecho estavam sendo fustigados os vereadores que foram “tranquilamente para suas casas pensar no muito que poderiam fazer e no muito pouco que fizeram” em janeiro de 1887, quando os novos foram empossados, como já dissemos. Além de serem cobrados por melhoramentos que não foram levados a efeito, o cronista os acusa também de malversação do dinheiro público. A intenção dos vereadores, assinala o jornalista, ao conceber a ideia do quadro, não teria sido ser agradável “à simpática princesa” ou “perpetuar na tela” um fato que, mesmo sendo “honroso para o município”, não tinha tanta importância a ponto de merecer uma “manifestação a óleo”, mas simplesmente fazer com que “as suas vinte e uma fisionomias

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



passassem à posteridade, por intermédio da paleta de um pintor... qualquer”. Assim sendo, melhor seria utilizar a verba do município para reproduzir em tela o “carnaval” do qual os próprios vereadores eram protagonistas. Vemos aqui que as sessões tumultuadas eram recorrentes, a ponto de obrigar o presidente da Câmara, de fato, suspender os responsáveis.

O que causou indignação no cronista, levando-o a escrever essa crônica plena de recriminações e ironia, foi a forma utilizada pelos vereadores para fazer a chamada dos interessados em executar a tela. Os autores das propostas deveriam enviá-las em correspondência lacrada, contendo o preço e o prazo que necessitavam para a realização da obra. A proposta escolhida foi a de menor preço. Com essa atitude, os vereadores desconsideravam o quadro enquanto obra de arte. Esta, segundo o cronista, era a coisa mais respeitável do mundo. No papel de conselheiro irônico, finalizava o texto: “E reserve a Câmara o regime das propostas em carta fechada para quando tiver – *por acaso...* – de mandar calçar alguma rua” (AZEVEDO, 29/08/1885, *o grifo é nosso*).

Um texto publicado na seção “Mosquito por cordas”, do *Diário de Notícias*, em abril de 1887, faz ressoar outras vozes da imprensa preocupadas com questões políticas. O artigo, da autoria de Zenóbio, é interessante porque o articulista parte das práticas políticas características do momento em que estava inserido para questionar o que seria a política. Assim como Artur Azevedo, Zenóbio censura as ações de homens em cujas mãos estava o poder de dirigir o país. Em sua “ingenuidade”, julgava que a política era “semelhante a uma coisa nobre, séria e elevada, visto que o resultado dela redundava em proveito da pátria, por meio da seriedade do governo, que é filho dessa mesma senhora”. Parecia-lhe que, para ser político, o indivíduo deveria possuir três coisas: caráter, hombridade e ideias. No entanto, essas três supostas características essenciais não eram encontradas nos políticos de sua época e, por isso, afirmava não entender nada de política. O estado condenável era responsabilidade dos eleitores, que “se deixam levar por uns mandriões intitulados chefes” e de tais chefes que “se deixam levar por paixões e ódios particulares”. Se os partidos do Brasil tivessem “chefes que combatessem por uma ideia, por um princípio, com a convicção da grandeza de sua causa”, esses chefes seriam obedecidos e haveria em nossa terra, “fadada para melhor sorte, partidos, verdadeiros partidos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/04/1887). Toda essa reflexão teve como inspiração a última eleição senatorial em Minas Gerais, onde os liberais em pleno domínio conservador, “venceram por grande maioria”. A indignação do articulista fica mais compreensível quando se tem conhecimento de que no período de 1885 a 1889 os destinos do

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



governo foram presididos por dois ministérios conservadores: “o do barão de Cotegipe (20/08/1885) e o do conselheiro João Alfredo (10/03/1888)”, como mostra Lilia Schwarcz (1998).

Todo esse quadro que vimos expondo despertava a preocupação de Artur Azevedo em relação ao futuro do país. Essa preocupação foi reforçada na crônica de 10 de novembro de 1888, na qual indagava quem seria o presidente da futura república brasileira. Talvez, por falta de homens, a república não se proclamasse: o conselheiro Saldanha Marinho já tinha “as mãos muito trêmulas para empunhar as rédeas do governo supremo de uma nação”, e os seus correligionários pecavam geralmente pelo contrário, isto é, por serem muito novos. Depois de algumas considerações, sugeria ser provável que a mudança fosse apenas de forma de governo, de modo que os “governadores ficariam ainda e sempre os mesmos indefectíveis bacharéis” que há tanto tempo víamos sucederem-se nas eminências do poder. Enfim, tudo seria como antes: apenas, em vez de um imperador em S. Cristovão, teríamos um presidente nas Laranjeiras ou em Botafogo. De fato, a república foi proclamada, mas, como registra a história oficial⁸, as mudanças na sociedade não parecem ter sido significativas. Os problemas existentes no período monárquico continuaram e até se acentuaram com o novo regime. Essa percepção da falta de mudanças foi ficcionalizada por Artur Azevedo no conto “O velho Lima”, que narra a história de um funcionário público que adoece na véspera da proclamação. Como não tinha o hábito de ler jornais, após ficar oito dias acamado, o personagem volta ao trabalho sem saber dos últimos acontecimentos políticos. Estranha quando os companheiros de viagem no bonde chamam-no de “cidadão” e se referem ao imperador como “Pedro Banana”, mas continua alheio aos acontecimentos. Depois de alguns estranhamentos também na repartição em que trabalhava, para encerrar o conto, o narrador dá voz ao personagem, que dispara: “– Não dou três anos para que isto seja república!”. O personagem que dá nome ao conto pode ser interpretado como uma representação do povo “bestializado” que não lia jornais e nem participava dos acontecimentos políticos de seu país.

Quando se especulava sobre suas convicções políticas, o cronista afirmava não ser conservador nem monarquista nem liberal, mas partidário de todo governo honesto (AZEVEDO, 23/01/1886). Mas onde estaria um governo com essa característica? Na França, possivelmente. Na crônica de 5 de dezembro de 1887, comentou a eleição de Sadi Carnot (Marie François Sadi Carnot)

⁸ Cf. Nicolau Sevckenko (2003) e Emília Viotti da Costa (2010).

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



para presidente da república francesa, desejando que o novo presidente fosse tão honesto, tão patriota e tão moderado quando seu predecessor, Jules Grévy.

Escrevendo na década de 1885, Artur Azevedo deixava transparecer seu inconformismo com uma realidade política da qual o próprio imperador se ressentia e deixava registrado em seus diários. Para o monarca, os políticos não tinham noção de dever: “A falta de zelo, a falta de sentimento do dever é o nosso primeiro defeito moral”. Acrescentava que “É preciso trabalhar, e vejo que não se fala senão em política que é as mais das vezes guerra entre interesses individuais”. Para que se obtivessem mais trabalho na Câmara, disse ao presidente, visconde de Camaragibe, que era preciso trabalhar “como outros faziam, oito e mais horas por dia, de manhã e à tarde”. Em carta à condessa de Barral, em agosto de 1880, deixava transparecer seu inconformismo “com o fato, absolutamente normal, de os ministros se guiarem por motivações político-partidárias”. Era um tipo de política que lhe causava enjoo (*Apud* CARVALHO, 2007, p. 84-85).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo ouvimos um conjunto de vozes que protestavam contra os desmandos das autoridades políticas do Brasil imperial, o que me permite inferir que o povo não era necessariamente indolente, nem tão indiferente aos assuntos políticos. Em *Os bestializados* (1987), José Murilo de Carvalho, ao investigar o exercício da cidadania política no contexto da Primeira República, *grosso modo*, salienta que o povo não era indiferente (ou “bestializado”), apenas não levava a sério seus direitos de participação política porque percebia a falta de seriedade da parte dos políticos (a política era “tribofe”, “trapaceira”). Nas palavras do estudioso, “Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra” (CARVALHO, 1987, p. 160), ou seja, “espertalhão”, “velhaco”, “gozador”. Ao que tudo indica, trata-se de uma concepção que vinha do período monárquico, retratado por Artur Azevedo e pela imprensa.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. “O velho Lima”. In: _____. *Contos escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069



CARVALHO, José Murilo de. “A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930”. In: CARVALHO, J. M. de; CAMPOS, A. P. (Orgs.). *Perspectiva da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *D. Pedro II*. Coordenação Elio Gaspari e Lilia Moritz Schwarcz. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *De Palanque*. Rio de Janeiro, 1885/1889.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1886/1888.

MAGALHÃES, Jr, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a crônica. In: _____. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

NOVIDADES. *De palanque*. Rio de Janeiro, 1887/1888.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VIDA MODERNA. *Crônica fluminense*, 1886/1887.

SILVA, Esequiel Gomes da. “Dize tu, direi eu”: as práticas políticas do Rio de Janeiro imperial na mira de Artur Azevedo. Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016. ISSN 23581069